



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2009
CONTAS INDIVIDUAIS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 - Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Conservatória Registo Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

ACTIVIDADE DA EMPRESA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

PERSPECTIVAS PARA 2010

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DISPOSIÇÕES LEGAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GOVERNO DA SOCIEDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2009
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e os Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. os documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 compostos pelo Relatório de Gestão, Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa assim como o respectivo Anexo.

INTRODUÇÃO

O ano de 2009 é o primeiro exercício em que a actividade corresponde a um período de 12 meses de operação após fusão, que ocorreu em inícios de Maio do ano anterior, momento em que o património da Lisgráfica SA passou a incorporar a totalidade da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas SA.

Na data da fusão o capital social da Lisgráfica, que era de 5.000.000 euros, passou para 9 334 831 euros, detido em 51% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos SA e em 39,4% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, SA, estando o restante capital disperso em Bolsa. As acções emitidas no âmbito do processo de fusão e conseqüente aumento de capital foram admitidas à cotação em 26 de Outubro de 2009.

A instabilidade nos mercados financeiros iniciada nos finais de 2008 continuou a ter um impacto significativo no desempenho das economias a nível nacional e internacional durante 2009. O PIB em Portugal apresentou um decréscimo de 2.7% justificado pela retracção do consumo interno e redução das exportações, neste caso devido à generalizada recessão económica a nível mundial e em especial nos países de União Europeia. Apesar das reduzidas taxas de juro assim como de inflação e das medidas destinadas a incentivar a recuperação económica não foi possível inverter a tendência de recessão ao longo de praticamente todo o ano, e apenas nos últimos meses de 2009 se começaram a verificar alguns sinais de melhoria do ciclo económico.

Os factores mencionados contribuíram para um aumento dos níveis de desemprego e influenciaram de forma negativa o consumo interno, apesar da constante baixa das taxas de juro ter contribuído para o ligeiro aumento do rendimento disponível das famílias, mas insuficiente para gerar qualquer retoma dos índices de confiança.

A generalidade das empresas sofreu uma gradual redução da actividade não se tendo vislumbrado sinais sustentáveis de retoma e manteve-se o reajustamento das suas estruturas para fazer face à persistente crise económica. Na indústria gráfica os efeitos da recessão foram muito evidentes, com a redução do número de

páginas e de tiragem das publicações periódicas, bem como a diminuição de trabalhos de grandes marcas comerciais. Para tal foi determinante a retracção verificada no investimento publicitário que, no caso da imprensa não-diária, regista um decréscimo de 10% face ao ano anterior, enquanto no investimento publicitário global essa queda foi de 8.2%. Foi ainda evidente, durante o ano de 2009, o desaparecimento de alguns pequenos editores que se dedicavam a publicações de média circulação, mas cuja estrutura não suportava ajustes em face da redução de investimento publicitário e de vendas de exemplares.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

No exercício de 2009, a actividade foi marcada pelo decréscimo no investimento publicitário pelo que, comparativamente a 2008 e em termos globais, se regista uma variação negativa das vendas de 9.8% as quais se situaram nos 35,6 milhões de euros. A análise em termos de segmento confirma um comportamento em linha com todo o sector quer a nível de revistas, quer de catálogos e folhetos. De referir que no segmento de jornais/suplementos a variação positiva é justificada pelo facto de, em 2009, a Lisgráfica ter impresso durante 12 meses os suplementos Espaço/Casa e Emprego, ambos do jornal Expresso, enquanto em 2008 tal apenas ocorrera a partir de Novembro. Também se iniciou em final de Maio a impressão do Jornal de Negócios. Apesar do decréscimo de actividade a empresa manteve o parque de máquinas de impressão e acabamento, tendo procedido ao ajustamento da sua capacidade produtiva através de medidas que levaram à redução do número de horas de trabalho ao fim de semana, a partir do final do 1º trimestre.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 Em €	Var. 08/09 Em %
Revistas	17.237	19.645	-2.408	-12,3%
Jornais/suplementos	7.558	6.486	1.072	16,5%
Catálogos e Folhetos	6.890	9.528	-2.638	-27,7%
Listas	2.781	2.862	-81	-2,8%
Outros	1.208	1.045	163	15,6%
TOTAL	35.674	39.566	-3.892	-9,8%
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				

Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada) a actividade apresenta um decréscimo que é mais evidente nos segmentos de impressão de revistas, catálogos e folhetos devido aos efeitos da recessão económica com reflexo no número de páginas e de exemplares. É de salientar a saída no início do mês de Maio, por iniciativa da Lisgráfica, do Editor Impala SA cujos trabalhos representavam uma produção média mensal entre 25 a 35 milhões de cadernos, o que explica uma parte significativa da redução.

A nível da impressão de jornais e suplementos registou-se um aumento face ao ano anterior justificado pela impressão de novos trabalhos do Grupo Impresa.

Regista-se ainda um decréscimo a nível da família de produtos "Listas" que inclui a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas devido essencialmente à redução de tiragem.

A produção de cadernos A4 de 16 páginas em 2009 foi de 1.547 milhões, que representa uma variação de -21% face a idêntico período do ano anterior.

Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS EM FORMATO A4

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 Em €	Var. 08/09 Em %
Revistas	1.119.984.610	1.413.422.770	-293.438.160	-20,8%
Jornais/suplementos	113.462.874	89.200.954	24.261.920	27,2%
Catálogos e Folhetos	98.279.429	181.566.417	-83.286.988	-45,9%
Listas	215.594.160	279.746.950	-64.152.790	-22,9%
TOTAL	1.547.321.073	1.963.937.091	-416.616.018	-21,2%
<i>(Unidades - Cadeenos A4 de 16 pág.)</i>				

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os Proveitos Operacionais atingiram aproximadamente 36,7 milhões de euros, dos quais 97% provêm directamente das vendas e 3% de serviços prestados. A variação registada explica-se, essencialmente, pelo menor número de cadernos impressos.

ACTIVIDADE OPERACIONAL 2009/2008

DESCRIÇÃO	2009		2008		Var. 08/09 em €	Var. 08/09 em %
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>						
Vendas	35.674	97%	39.566	96%	-3.892	-10%
Out. Proveitos Operacionais	977	3%	1.490	4%	-513	-34%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	36.651		41.056		-4.405	-11%
Custo Merc. Vendidas e Consumidas	13.727	37%	15.253	37%	-1.526	-10%
Fornecimentos e Serv. Externos	10.603	29%	11.251	27%	-648	-6%
Custos Com Pessoal	9.833	27%	11.207	27%	-1.374	-12%
Amortizações e Ajustamentos	5.710	16%	6.182	15%	-472	-8%
Outros Custos Operacionais	338	1%	216	1%	122	56%
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	40.211		44.109		-3.898	-9%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-3.560		-3.053		-507	17%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-9,7%		-7,4%		-2,3%	
EBITDA - €	2.150		3.129		-979	-31%
EBITDA - %	5,9%		7,6%		-1,8%	

Os Custos Operacionais apresentam um decréscimo face ao ano anterior, em linha com a diminuição de Vendas. A retracção na actividade reflecte-se nas rubricas Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVC) com uma variação de -10%, e de igual modo na rubrica Custos Com Pessoal em especial nos custos com trabalho extraordinário, que apresentam uma redução de 53% face a 2008.

Os efeitos das sinergias no âmbito do processo de fusão são evidentes na comparação de custos com o exercício de 2008, nomeadamente na componente de custos com Subcontratos de Impressão dos FSE's, dado que a empresa passou a dispor de máquinas de impressão planas o que eliminou os custos com subcontratação para este tipo de trabalho e na componente de custos com Manutenção pelo facto de a empresa recorrer maioritariamente a recursos internos que obviam á subcontratação de parte destes serviços. Também a nível de custos com pessoal se verificou um decréscimo, em resultado da redução do número de trabalhadores no processo de racionalização de processos internos iniciada em 2008. No final do ano anterior a empresa tinha 415 trabalhadores e no final deste exercício o número tinha baixado para 368.

O efeito conjugado destes factores permitiu que a empresa ajustasse os custos em linha com a evolução da actividade. As amortizações e ajustamentos registam no global um decréscimo de aproximadamente 5%; no entanto as Amortizações apresentam um aumento de 191 mil euros devido ao registo da depreciação da Rotativa Sunday que em 2009 tem contabilizados 12 meses quando em 2008 teve apenas 1 mês de custos e que corresponde ao inicio de exploração da referida máquina apenas no final do ano. Os custos registados na rubrica Ajustamentos referem-se a Provisões Cobrança Duvidosa (situações de incobrabilidade) e que neste exercício são inferiores aos registados em 2008 (-34%).

O Resultado Operacional é negativo e ligeiramente superior ao registado no período homólogo anterior. Para este desempenho contribuiu essencialmente a quebra nas vendas, apesar das medidas de contenção de custos empreendidas durante o ano. Por seu lado o EBITDA mantém-se a níveis positivos com o valor de 2,2 milhões de euros, o equivalente a 6 % dos Proveitos Operacionais.

COMPARAÇÃO RESULTADOS 2009/2008

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 em €	Var. 08/09 em %
Resultados Operacionais	-3.560	-3.053	-507	-17%
Resultados Financeiros	-2.770	-3.340	570	17%
Resultados Extraordinários	-1.344	-1.098	-246	22%
Resultados Liquidos	-7.904	-7.824	-80	-1%
<i>(Valores em milhar de euros)</i>				

Os resultados financeiros melhoraram, apesar do aumento do endividamento bancário, com as taxas de juros a registar uma descida constante ao longo de 2009. No exercício, a Lisgráfica registou cerca de 78 mil euros de custos financeiros, pela contabilização do efeito resultante da equivalência patrimonial nos resultados gerados pelas suas participadas.

Os Resultados Extraordinários apresentam um valor negativo em virtude dos custos com indemnizações ocorridas em 2009, na implementação do processo de reestruturação após a fusão da Heska na Lisgráfica. O valor das indemnizações por rescisão de contratos de trabalho, contabilizadas no exercício, ascende a 1.271 mil euros.

Os Resultados Líquidos de 2009 mantém-se ao nível do ano anterior situando-se nos 7,9 milhões de euros negativos.

COMPARAÇÃO RÚBRICAS DE BALANÇO 2009/08

DESCRIÇÃO	2009	2008	Var. 08/09 em €	Var. 08/09 em %
Imobilizado Líquido	38.496	43.631	-5.135	-12%
Existências	1.195	1.572	-377	-24%
Créditos a M/L Prazo	15.051	11.907	3.144	26%
Créditos Curto Prazo	16.651	17.185	-534	-3%
Disponível	452	836	-384	-46%
Acréscimos/Diferimentos	3.262	3.591	-329	-9%
TOTAL ACTIVO	75.107	78.722	-3.615	-5%

Capital Próprio	-15.820	-7.916	-7.904	100%
Provisões Out. Riscos e Encargos	128	310	-182	-59%
Débitos de M/L Prazo	23.584	32.906	-9.322	-28%
Débitos de Curto Prazo	63.370	49.359	14.011	28%
Acréscimos/Diferimentos	3.845	4.063	-218	-5%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	75.107	78.722	-3.615	-5%

(Valores em milhares de Euros)

A redução do Imobilizado Líquido, em especial na rubrica Equipamento Básico, é justificada pelo facto de não se terem registado aquisições de equipamentos de produção e apenas se terem contabilizado as amortizações. É de salientar a redução do valor de existências (stocks de matérias-primas) de aproximadamente 24% em resultado da política rigorosa de gestão de stocks que foi implementada em 2009.

A nível do Capital Próprio a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos do Exercício.

O Passivo de Curto Prazo regista um aumento de 14 milhões de euros explicado em 6 milhões de euros pela transferência de responsabilidades bancárias que no ano

anterior se encontravam a médio prazo e pelo aumento líquido do endividamento bancário ocorrido no exercício em 10,8 milhões de euros.

Encontra-se em negociação com a Banca um programa de reestruturação do passivo bancário que, quando concluído, se espera, permitirá a recalendarização da dívida e a reclassificação destes passivos em médio/longo prazo.

Mesmo num cenário de grandes constrangimentos financeiros a Lisgráfica cumpriu na íntegra a liquidação dos impostos correntes devidos no exercício, assim como o plano de reembolso de dívidas à DGI, IAPMEI e Segurança Social previsto para 2009 e que rondou os 878 mil euros de euros.

PERSPECTIVAS PARA 2010

No final de 2009 assistiu-se à diminuição das tensões nos mercados financeiros internacionais acompanhada por recuperação gradual das perspectivas de procura o que permite antever uma recuperação moderada em 2010 ou, no mínimo, o seu não agravamento.

A recuperação do consumo interno será ainda ténue o que se vai traduzir também numa recuperação muito ligeira da actividade empresarial continuando as empresas a enfrentar uma conjuntura adversa quer em termos económicos quer financeiros. Iremos assistir ainda ao encerramento de algumas empresas o que vai contribuir para a manutenção de uma alta taxa de desemprego.

No sector de actividade onde a Lisgráfica se enquadra antevemos que se inverta a situação de retracção verificada em 2009, mas não será de esperar em 2010 a tão ambicionada recuperação, dado que estimativas recentes apontam para um crescimento moderado de apenas 1,6% do investimento publicitário. Este facto vai continuar a condicionar o sector da imprensa escrita o que poderá originar o encerramento de alguns projectos editoriais. De igual modo não esperamos que as campanhas das grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) tenham um crescimento significativo.

Tendo em consideração estes pressupostos, a Lisgráfica estima que para 2010 a facturação vá apresentar apenas um ligeiro aumento face ao verificado neste exercício, pelo que, aquando da elaboração do orçamento para o exercício de 2010, se teve em conta este cenário, e assim aprofundado as medidas de redução de custos de forma a estancar o ciclo de resultados negativos da empresa e ao mesmo tempo adequar a estrutura interna face ao nível de produção que se antevê para 2010. Estas medidas vão permitir melhorar os indicadores financeiros em especial o EBIT e EBITDA.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO INDIVIDUAL

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

"Que, após a constituição da Provisão Para Impostos sobre lucros, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2009 no montante de Euros 7.904.185 (Sete milhões novecentos e quatro mil cento e oitenta e cinco Euros), tenha a seguinte aplicação:

1. *"Para Resultados Transitados a totalidade do prejuízo"*

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do nº 5 do Artº 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do Artº 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA	95 196 607
- Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	73 558 468

Informação nos termos da alínea B) do Nº1 do Artigo 20º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):

Em 31 de Dezembro de 2009 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 acções da Lisgráfica que representam 50,99% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73 558 260 acções que representam 39,40% dos direitos de voto.

Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 31 de Dezembro de 2009 (valores em Euros) :

Acções Próprias

- Quantidade	52 213 acções
- Valor Unitário	€ 0,05
- Valor Nominal	€ 2 610,65

Durante o exercício de 2009 não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O Conselho de Administração agradece, também a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC comunicou à Assembleia Geral de Accionistas de 01 e Junho de 2009 o facto de

estar perdido mais de metade do Capital Social, não tendo sido apresentada, durante a mesma, qualquer proposta para resolução desta situação.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

ANEXO

GOVERNO DA SOCIEDADE

A Lisgráfica encontra-se, no que se refere ao exercício de 2009, sujeita ao Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários vigente em 2009, que poderá ser consultado na página de legislação complementar relativa à supervisão no sítio www.cmvm.pt.

A sociedade Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas SA (doravante designada por “Lisgráfica” ou “Sociedade”) optou por incluir em separado ao Relatório e Contas do exercício de 2009 um anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e na regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de actuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os estatutos da sociedade, disponíveis para consulta no sítio da internet da sociedade www.lisgrafica.pt.

A Lisgráfica reconhece que é fundamental a existência de um bom governo da Sociedade no estabelecimento e fortalecimento de uma relação aberta entre os seus accionistas e a administração da Sociedade.

Os nossos princípios em relação ao governo da Sociedade pautam-se pela responsabilidade perante os accionistas, pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os detentores de capital e pelo desejo da Administração em cumprir as suas obrigações perante os mesmos.

A nossa missão é a de valorizar o investimento dos accionistas através de uma gestão prudente dos riscos inerentes aos negócios.

A Lisgráfica, enquanto sociedade aberta sujeita à lei portuguesa, emitente de acções admitidas à negociação no mercado regulamentado *Eurolist by Euronext* Lisbon, está abrangida pelas disposições legais regulamentares vigentes em Portugal em matéria de governo das sociedades, designadamente quanto ao disposto no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários, e na regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

A Administração funciona de forma colegial, reportando-lhe directamente 7 Direcções: Produção, Comercial, Financeira, Recursos Humanos, Qualidade

Ambiente e Segurança, Aprovisionamento e Serviços de Suporte, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Junho de 2008.

1) Órgão de Administração

O Conselho de Administração, exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com determinada importância.

O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido nas Assembleias Gerais Anuais 2007 e 2008, não existindo, de momento Administradores não-executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar:

Presidente: Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Vice-Presidente: Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Vogal: Eng^o António Pedro Marques Patrocínio

As regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade estão contidas nos Estatutos da Lisgráfica, disponíveis em www.lisgrafica.pt.

A Comissão Executiva tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. Esta define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são um importante capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de actuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os estatutos da sociedade, disponíveis para consulta no sítio da internet da sociedade www.lisgrafica.pt.

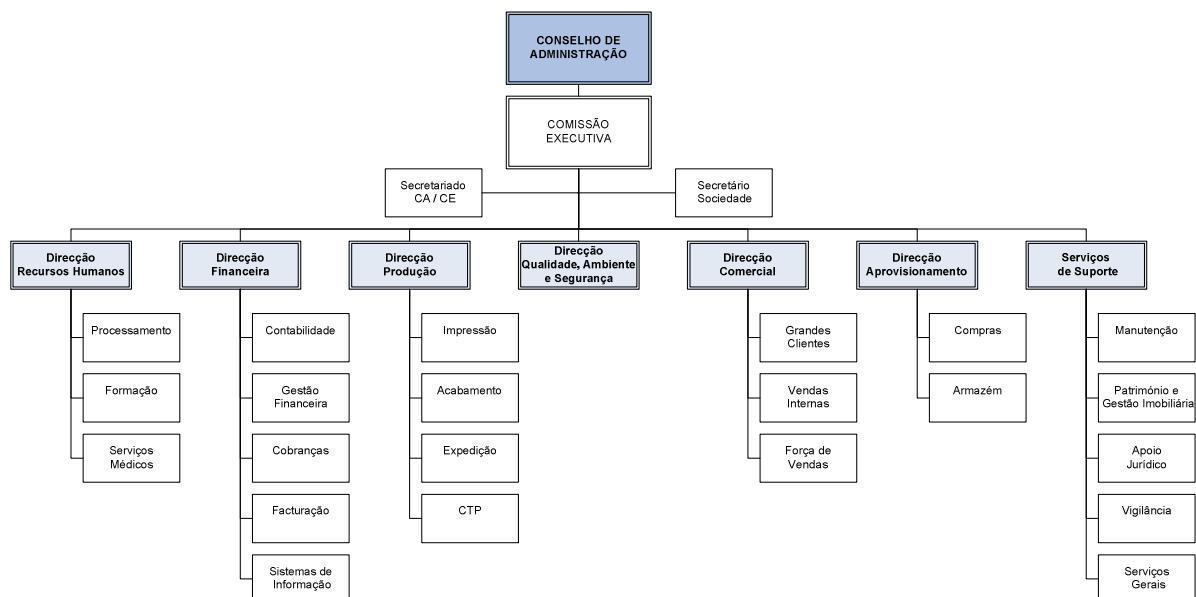
A Comissão Executiva reúne com regularidade, uma vez por semana, e, com a mesma regularidade, realizam-se Reuniões de Quadros da empresa com a presença de todos os Administradores e Directores.

A Comissão Executiva é composta pelos três membros do órgão de gestão acima identificados.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções em outras empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é também administrador da "GRAFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais SA"
- O Senhor Dr. Jaime Baptista Marques da Costa é também administrador da "GRAFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais SA"
- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da "GRAFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais SA".

2) Organograma



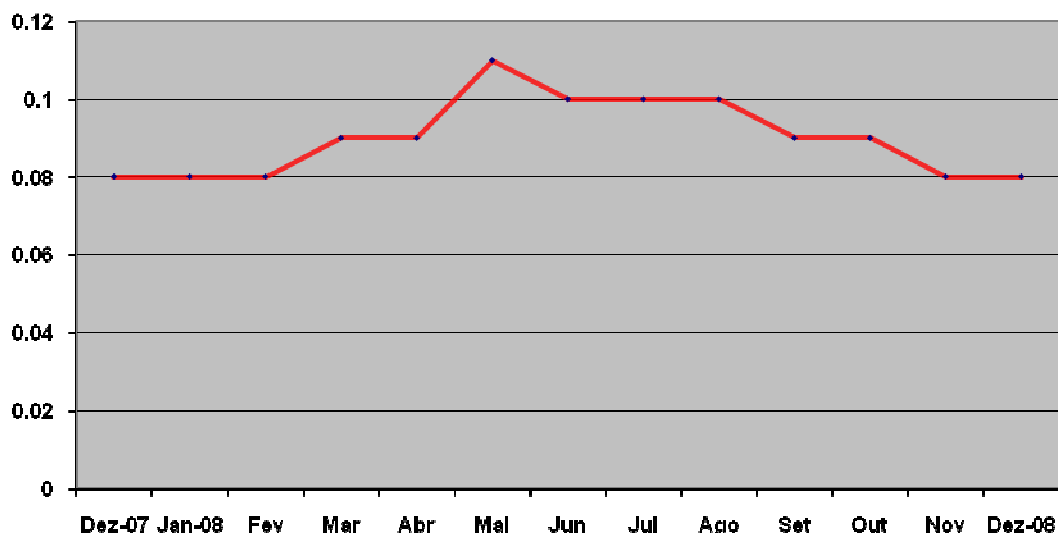
3) Estrutura de capital

O capital social é actualmente de 9.334.831 euros, sendo representado por um total de 186.696.620 acções escriturais com o valor nominal de 0,05 euros cada.

A sociedade tem acções admitidas à negociação na bolsa de valores portuguesa desde 1998.

Em 28 de Julho de 2008 a empresa apresentou à CMVM e à Euronext o pedido de admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* das 86.696.620 acções emitidas na sequência do aumento de capital resultante do processo de fusão entre a Lisgráfica e a sociedade Heska concluído em 2008, títulos estes que foram admitidos à cotação em 26 de Outubro de 2009.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2009 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia o comportamento do mercado bolsista nacional em especial no segundo semestre em que se assistiu a uma ligeira retoma do mercado com o início de recuperação da confiança dos investidores, reflexo directo do comportamento internacional na generalidade dos mercados de capitais.



Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

4) Gabinete de Apoio ao Investidor

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os Accionistas interessados em informações sobre a Sociedade e dispõe do endereço email apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt

Dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social

O referido Representante é o Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa. A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

5) Comissão de Vencimentos

A fixação das actuais remunerações foi determinada pela Comissão de Vencimentos e lavrada em acta da reunião da referida Comissão.

Os montantes pagos ou atribuídos no exercício foram os seguintes:

• Remuneração do Conselho de Administração	€ 271.700
Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão	€ 97.500
Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa	€ 91.000
Engº António Pedro Marques Patrocínio	€ 83.200
• Remunerações ao Conselho Fiscal	€ 24.000
• Remunerações ao Auditor Externo	€ 71.250

A remuneração colectiva do órgão de administração tem apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia-geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração.

O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de auditoria e de revisão legal de contas.

6) Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são simples e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, O voto por correspondência está previsto no artigo 10º dos estatutos constando a

regulamentação do modo do seu exercício expressamente nas convocatórias das Assembleias Gerais.

Dos estatutos não consta expressamente a possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção tem sido determinado nas convocatórias das assembleias-gerais da Sociedade, devendo o voto ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

A cada 2.500 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

7) Regras Societárias

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou um regulamento de funcionamento da Comissão Executiva que está à disposição dos Senhores Accionistas no sítio da Sociedade na Internet.

Não existe código de conduta específico para a Lisgráfica nem outros regulamentos internos.

O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, regularmente, pelo Conselho Fiscal, que revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se reuniões do Conselho Fiscal, que acompanham a evolução da Empresa.

Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa.

Os actuais membros do Conselho Fiscal são:

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC,
representada por Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro

Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

Revisor Oficial de Contas: Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob
o nº 231, representada por Dr. Manuel Maria Reis Boto, (ROC nº 523)

8) Assembleia Geral

Os actuais membros da mesa da Assembleia Geral são:

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques

Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães

Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal iniciaram-se em 2007 e terminam em 2010.

O Presidente da mesa da Assembleia Geral não é remunerado.

9) Recomendações não aplicáveis

Não são aplicáveis as recomendações constantes do art. 245º-A ponto 1., alíneas b), d), e), g), j), l), o) e ponto 4.

Em seguida transcrevemos o anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM nº 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

CMVM - Questionário Governo das Sociedades Cotadas Exercício/2009

Nº	Questionário Governo das Sociedades Cotadas - Exercício/2009	Resposta
Estrutura de Capital Accionista		
Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009 (ainda que podendo não tratar-se de participações qualificadas)		
6	Por outros accionistas com participação qualificada	90,390%
7	Em carteira própria	0,030%
8	Disperso	9,580%
Total 100%		100,000%
Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009		
9	Por credores relevantes	0
10	Por concorrentes	0
11	Por clientes relevantes	0
12	Por fornecedores relevantes	0
Entre os investidores institucionais, qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2009		
13	Pelo maior accionista	0
14	Por investidores não residentes em Portugal	0
15	Por investidores que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0
16	Por investidores não residentes que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0

	Controlo	0
	No cômputo das participações qualificadas (a que se refere o art 20º do CVM) em 31/Dez/2009	
17	A percentagem total do capital social envolvido era de	90,390%
18	A percentagem total do capital social, detido há pelo menos 3 anos, era de	39,400%
19	A percentagem total do capital social que era detido por residentes em Portugal era de	90,390%
20	A percentagem total do capital social que era detido, há pelo menos 3 anos, por residentes em Portugal, era de	39,400%
21	O número total de accionistas titulares de participações qualificadas era de	2
	Accionistas que exercem uma influência significativa sobre a vida da empresa, designadamente no que respeita à escolha dos membros dos seus órgãos sociais	
23	Quantos são esses accionistas	1
24	Quantos desses accionistas são não residentes	0
25	Qual a percentagem do capital social que detêm ou lhes é imputável nos termos do Art 20º do CVM, no seu conjunto ?	50,9%
	Sistemas de Remuneração Baseados em Opções sobre Acções (Stock Options)	
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	
26	Em 31/Dez/2008 existiam direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (stock options) de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração ?	Não
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
40	Estes direitos existem à data de 31/Dez/2009?	Não
	Sistemas de Remuneração Baseados em Acções (Excluindo Stock Options)	
	Em termos de sistema de remuneração baseado em acções existentes em Dezembro de 2009, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	

41	Em 31/Dez/2009 existiam sistema de remuneração baseados em acções que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração?	Não
	Em termos de sistemas de remuneração baseados em acções existentes em 31/Dez/2009, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
47	Estes direitos existem à data de 31 de Dezembro de 2009?	Não
	Assembleias Gerais	
	Tomando por referência a situação existente em 31/Dez/2009:	
48	Quantas AG de accionistas ocorreram em 2009?	1
49	Quantas pessoas tem o presidente da AG ao seu dispor, dedicadas ao trabalho de organização e gestão das AG ?	1
50	Existindo pessoal dedicado, quantas pessoas pertencem aos quadros da sociedade ?	1
51	Qual o numero minimo de acções para poder participar na AG ?	2.500
52	Qual a % máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ?	100%
53	Há deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada ?	Não
	Quanto ao voto por meios electrónicos:	
57	Qual a antecedência mínima (em dias uteis), prevista nos estatutos da sociedade para a recepção da declaração de voto emitida por voto electrónico ?	N.A.
58	O voto por meios electrónicos é permitido em todas as matérias ?	N.A.
60	Existe algum requisito para participar nas AG em termos de antiguidade da detenção das acções ?	Não
	Sobre acordos parassociais:	
61	Há acordos parassociais ou outros acordos de accionistas conhecidos em vigor?	Não
	Qual a % média do capital social presente nessas assembleias:	

65	Por presença física dos próprios accionistas (não use o símbolo %)	90,390
66	Presença por representação através de membros do Órgão de Administração (não use o símbolo %)	0
67	Presença por representação através de membros do Órgão de Fiscalização (não use o símbolo %)	0
68	Presença por representação através de outra pessoa (não use o símbolo %)	50,1
69	Votos emitidos por correspondência (não use o símbolo %)	0
70	Votos emitidos electronicamente (não use o símbolo %)	0
71	Ausente (não use o símbolo %)	9,610
	Total 100%	100,000
	Negócios com partes relacionadas em 2009:	
72	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com accionistas com participação qualificada ?	€ 671.328
73	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade com empresas participadas que não sejam detidas a 100%	0
74	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com empresas detidas pelos seus administradores ou por seus familiares?	0
	Sobre a empresa de auditoria externa:	
75	Há quantos anos consecutivos esta empresa faz a auditoria externa da sociedade?	6
76	Há limitações ao número de anos em que a empresa de auditoria externa poderá prestar serviços à sociedade?	Não
78	Qual o órgão responsável pela avaliação da empresa de auditoria externa ?	Conselho Fiscal
79	Com que periodicidade é avaliada a empresa de auditoria externa ? (Em número de anos: Anual=1, Bienal=2, etc)	1
80	Esta avaliação é submetida a apreciação pela AG ?	Não

	Sobre a política de comunicação de potenciais irregularidades:	
81	A sociedade tem definida uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade?	Não
	Seguro de Responsabilidade:	
85	Os membros do Órgão de Administração têm seguro de responsabilidade Civil ?	Sim
86	Qual o montante, em euros, das responsabilidades cobertas por esse seguro?	250.000
	Sobre o sistema de controlo interno para detecção de riscos:	
87	A sociedade tem um sistema de controlo interno para a detecção de riscos?	Sim
89	Existe uma unidade organica de auditoria interna?	Não
92	Existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos?	Não
	Código de Conduta:	
95	A sociedade tem código de conduta?	Não
	Gabinete de apoio ao investidor:	
99	A sociedade tem um gabinete de apoio ao investidor (ou outro serviço similar) ?	Sim
100	Qual o número de pessoas que integram o gabinete de apoio ao investidor?	1
101	Quantas pessoas, incluídas na resposta à alínea anterior, estão em regime de exclusividade nessas funções?	0
102	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2009 por residentes em Portugal?	4
103	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2009 por não residentes em Portugal?	0
	Sítio na Internet:	

104	Quanto tempo, em dias, demoram as actas das AG a ser disponibilizadas neste sítio?	1
105	O teor integral das deliberações de delegação de competências tomadas pelo CA é divulgado neste sítio?	Não
	Conselho de Administração	
106	Qual a duração estatutária dos mandatos no Órgão de Administração (em anos)?	4
107	Existe uma comissão responsável por assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos?	Não
	Quanto ao modelo de governo societário, tomando por referência 31/Dez/2009	
110	O CA tem Comissão Executiva?	Sim
111	Se sim, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
	Relativamente à composição do CA, tomando por referência 31/Dez/2009	
112	Qual o número total de membros?	3
113	Quantos são os membros não executivos?	0
114	Quantos são os membros não executivos independentes?	0
115	Quantos membros executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	2
116	Quantos membros não executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	0
117	Quantos membros executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	1
118	Quantos dos elementos indicados no ponto 115 igualmente foram indicados no ponto 117?	0
119	Quantos membros não executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	0
120	Quantos dos elementos indicados no ponto 116 igualmente foram indicados no ponto 119?	0

121	Qual a idade média, em anos, dos membros executivos do CA?	54,3
123	Há quantos anos, em média, os actuais membros executivos exercem funções no CA?	2
125	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2009, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2008?	0
126	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2009, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2003?	2
127	Há quantos anos o membro do órgão de administração responsável pelo pelouro financeiro exerce essas funções?	2
	Relativamente a requisitos para participação e permanência no CA, tomando por referência 31/Dez/2009:	
128	Os estatutos estipulam idade máxima para pertencer ao CA?	Não
130	Os estatutos estipulam o número máxima de cargos dos órgãos de administração de empresas a que os seus membros podem pertencer ?	Não
134	Os membros não executivos independentes têm algum requisito específico adicional (além dos previstos no CSC) de independência ou incompatibilidade?	Não
	Relativamente ao funcionamento do CA tomando por referência 31/Dez/2009:	
136	Dos membros não executivos, quantos exercem as suas funções a tempo inteiro?	0
137	Qual o número de reuniões do CA em 2009?	13
138	Qual a assiduidade global às reuniões realizadas do CA?	100,000%
140	Qual a assiduidade dos membros executivos às reuniões realizadas do CA?	100,000%
144	Qual o número de comissões (incluído a executiva) existentes no âmbito do CA e exclusivamente integradas por membros do CA?	1
145	Qual a designação de cada uma dessas comissões?	Executiva
146	Essas comissões têm regulamento interno?	Sim
147	Esses regulamentos são de acesso público?	Sim

148	Onde podem ser consultados?	No site www.lisgrafica.pt
Relativamente à ocupação dos membros do CA, tomando por referência 31/Dez/2009:		
149	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	0
150	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	1
151	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	0
152	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	3
154	Qual o número médio de sociedades fora do grupo em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	2
Relativamente à comissão executiva, tomando por referência 31/Dez/2009:		
156	Qual o número total de membros da CE?	3
157	Quantos membros da CE são independentes face a quaisquer accionistas?	1
158	Quantos membros exercem as suas funções a tempo parcial ?	0
159	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
160	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
161	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
162	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
163	Qual a número de reuniões da CE em 2009?	48
164	Qual a assiduidade global às reuniões da CE?	90,000%
165	Qual a assiduidade dos membros a tempo parcial às reuniões da CE?	0

166	Qual a idade média dos membros da CE?	54,3
167	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2009, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2008?	0
168	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2009, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2003?	2
	Sobre o Presidente do CA, tomando por referência 31/Dez/2009:	
169	O Presidente do CA é também presidente da CE?	Sim
170	Em caso afirmativo, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
171	O presidente do CA exerce as suas funções a tempo inteiro?	Sim
172	Há requisitos específicos para se poder nomeado presidente do CA?	Não
	Sobre a remuneração dos membros do CA em 2009:	
174	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	271.700
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
175	Remuneração Fixa	271.700
176	Remuneração variavel	0
177	Prémio de desempenho	0
178	Outra	0
	Total 100%	100,000%
179	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100
	Sobre a remuneração dos membros da CE em 2009:	

192	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	271.700
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
193	Remuneração Fixa	271.700
194	Remuneração Variável	0
195	Prémio de desempenho	0
196	Outra	0
	Total 100%	100,000%
197	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa ? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100
202	Qual a responsabilidade total, em euros, de médio e longo prazo com referência a 31/Dez/2009	
	Desagregação dessa responsabilidade em euros:	
203	Benefícios de reforma, no âmbito de um plano de benefícios definido?	0
204	Outros benefícios de longo prazo?	0
205	Benefícios de cessação de emprego?	0
206	Pagamentos baseados em acções?	0
207	Outra	0
	Total 100%	
	Sobre a forma de fixação da remuneração:	
208	A remuneração dos membros do CA foi fixada directamente pela...	Comissão Vencimentos

209	A remuneração dos membros da CE foi fixada directamente pela AG, pela...	Comissão Vencimentos
	Existe comissão de vencimentos?	Sim
211	Quantos membros a integram?	2
212	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros do CA?	2
213	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros da CE?	2
214	Quantas vezes reuniu em 2009?	1
	Órgão de Fiscalização	
	Relativamente ao Conselho Fiscal, tomando por referência 31/Dez/2009:	
215	Qual o número total de membros que o compõem?	3
216	O presidente do Conselho Fiscal detém curso superior adequado às funções e conhecimentos em auditoria e contabilidade?	Sim
217	E quantos exercem as suas funções de forma exclusiva?	0
218	E quantos têm formação nas áreas financeira, contabilística ou de auditoria?	2
219	E quantos têm experiência de administração executiva na empresa ou em empresas da mesma área de negócio?	0
	Relativamente às reuniões do Conselho Fiscal em 2009:	
220	Qual o número de reuniões?	6
221	Qual a assiduidade global a essas reuniões?	100,000%
222	Qual a assiduidade dos membros com dedicação exclusiva a essas reuniões?	N.A.
223	Qual a assiduidade dos membros sem dedicação exclusiva a essas reuniões?	100%

Revisor Oficial de Contas		
224	Há quantos anos a empresa tem o mesmo Revisor Oficial de Contas?	3
225	Há limites ao número de anos em que um Revisor Oficial de Contas poderá prestar serviços à sociedade?	Não
227	O Revisor Oficial de Contas já fez parte, no passado, do Conselho Fiscal?	Sim
Sobre outras comissões criadas no âmbito do Conselho de Administração, tomando por referência 31/Dez/2009:		
228	Existe uma comissão de avaliação? Caso afirmativo:	Não
236	Existe uma comissão de nomeações?	Não
244	Existe uma comissão de governo da sociedade?	Não
252	Existe uma comissão de estratégia e investimentos?	Não
260	Existe uma comissão de auditoria?	Não
268	Existem outras comissões?	Não

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

Em 15 de Fevereiro de 2008 foi aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão, por incorporação, na Empresa, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska"), mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. A incorporação do património da Heska na Empresa originou um aumento de capital no montante de 4.334.831 Euros, mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska e um aumento do capital próprio no montante de 1.223.401 Euros.

Adicionalmente, ainda em Fevereiro de 2008, a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. ("Rasográfica"), accionista único da Heska, adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, correspondente a 8,5% do capital social e de direitos de voto desta. Em resultado destas operações, a estrutura accionista da Empresa foi alterada, passando a Rasográfica e a Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint") a deter 50,99% e 39,40%, respectivamente, do capital social da Lisgráfica (Nota 37).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. COMPARABILIDADE

Conforme referido na Nota Introdutória, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu a uma fusão por incorporação do património da Heska reportada a 2 de Maio de 2008. O efeito contabilístico desta operação, reportado a 2 de Maio de 2008, consistiu, essencialmente num aumento dos activos, passivos e capitais próprios em, aproximadamente, 15.489.057 Euros, 14.265.658 Euros e 1.223.399 Euros. Consequentemente, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não são comparáveis com aquelas demonstrações financeiras reportadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra, pelo que as mesmas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos.

A Empresa apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelos *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais evidenciam activos, passivos, proveitos operacionais, capitais próprios negativos e um resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 de 70.929.704 Euros, 81.512.481 Euros, 37.046.920 Euros, 10.582.777 Euros e 9.655.521 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem, essencialmente, despesas incorridas com aumentos de capital e de instalação, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas, adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Ferramentas e utensílios	4 a 20
Equipamento administrativo	3 a 20
Outras imobilizações corpóreas	3 a 20

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram aumentadas em 8.498 Euros. Este montante não é aceite em 40% como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas no montante de 26.460 Euros (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações, efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil, como custo adicional desse equipamento. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o seu período estimado de realização.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro quando cumprem com os requisitos da Directriz Contabilística n.º 25. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os bens operados em regime de locação operacional, bem como as correspondentes responsabilidades, não se encontram reflectidos no balanço anexo, sendo as rendas registadas como custo na demonstração dos resultados dos exercícios a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

São registados ajustamentos às existências nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

f) Ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa foram calculados com base na avaliação dos riscos de incobabilidade estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes facturados e os correspondentes proveitos e custos reconhecidos são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os relativos aos prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os activos por impostos diferidos são registados, unicamente, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante do impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

j) Títulos e outras aplicações financeiras

Os títulos e outras aplicações financeiras referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

k) Letras descontadas e operações de “factoring”

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 50). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) à taxa de 12,5% até ao quantitativo da matéria colectável de 12.500 Euros, sendo que ao seu excedente se aplica uma taxa de 25%, incrementada de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2009 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam ao montante de, aproximadamente, 21.339.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

2011	938.728
2012	4.440.134
2013	3.190.037
2014	5.966.572
2015	6.803.680
	<u>21.339.151</u>

Face à alteração da titularidade em mais de 50% do capital ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram solicitadas as devidas autorizações às autoridades competentes para utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, não tendo sido ainda obtida resposta.

Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2009 os passivos por impostos diferidos no montante de 161.829 Euros, estão, essencialmente, relacionados com mais-valias não tributadas, deduzidas da parte reinvestida, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência daquele montante, uma vez que, no entendimento do Conselho de Administração, não são esperados resultados fiscais futuros suficientes que compensem a totalidade dos prejuízos fiscais existentes. Neste sentido, foram reconhecidos, no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, activos e passivos por impostos diferidos como segue:

Movimentos nos impostos diferidos activos e passivos:

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Mais-valias não tributadas
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	201.714	201.714
Redução	(39.885)	(39.885)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>161.829</u>	<u>161.829</u>

No exercício de 2006, a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e Imposto Municipal sobre Transmissões (“IMT”), referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 1.139.000 Euros, tendo solicitado a emissão de garantias bancárias no montante de 1.207.971 Euros (Nota 32). A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, tendo, inclusive já sido anulada pelos Serviços da Direcção Geral dos Impostos, a liquidação adicional no montante de 248.900 Euros referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Empresa não constituiu qualquer provisão para aqueles efeitos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 368 e 415 empregados, respectivamente. A variação resulta essencialmente do processo de reestruturação, desenvolvido pela Empresa em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos, foi o seguinte:

	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações e abates	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	760.416	-	-	-	-	760.416
Despesas de investigação e de desenvolvimento	11.489	-	-	-	-	11.489
	<u>771.905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>771.905</u>
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	462.956	-	-	-	-	462.956
Equipamento básico	115.756.184	6.488	(569.750)	-	64.780	115.257.702
Equipamento de transporte	1.675.569	54.767	(72.147)	-	-	1.658.189
Ferramentas e utensílios	108.553	-	-	-	-	108.553
Equipamento administrativo	1.434.917	168.238	(5.082)	-	371.014	1.969.087
Outras imobilizações corpóreas	764.337	-	-	-	-	764.337
Imobilizações em curso	567.154	-	-	-	(435.794)	131.360
	<u>120.769.670</u>	<u>229.493</u>	<u>(646.979)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.352.184</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do Grupo (Nota 16)	12.824.465	-	(2.417.440)	(77.580)	-	10.329.445
Títulos e outras aplicações financeiras	35.692	-	-	-	-	35.692
	<u>12.860.157</u>	<u>-</u>	<u>(2.417.440)</u>	<u>(77.580)</u>	<u>-</u>	<u>10.365.137</u>

	Amortizações acumuladas e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforços	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	186.924	253.448	-	440.372
Despesas de investigação e de desenvolvimento	11.489	-	-	11.489
	<u>198.413</u>	<u>253.448</u>	<u>-</u>	<u>451.861</u>
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	60.136	46.296	-	106.432
Equipamento básico	85.208.150	4.690.991	(523.688)	89.375.453
Equipamento de transporte	1.257.555	163.319	(59.519)	1.361.355
Ferramentas e utensílios	100.230	2.304	-	102.534
Equipamento administrativo	1.217.996	59.453	(4.666)	1.272.783
Outras imobilizações corpóreas	311.053	11.867	-	322.920
	<u>88.155.120</u>	<u>4.974.230</u>	<u>(587.873)</u>	<u>92.541.477</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo	2.417.440	-	(2.417.440)	-

A diminuição ocorrida na rubrica “Equipamento Básico” corresponde, essencialmente, à alienação da máquina Heidi Speedmaster por 60.000 Euros e da enfardadeira por 22.500 Euros, traduzindo-se em mais-valias de 14.000 Euros e 22.500 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

As transferências ocorridas na rubrica “Imobilizações em curso” correspondem, essencialmente, à conclusão da instalação de um sistema de agrafo para a máquina Rotativa 10 e de um novo sistema informático.

A diminuição ocorrida na rubrica “Partes de capital em empresas do Grupo” corresponde à utilização da provisão registada em exercícios anteriores.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente (Nota 3.b)):

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2009, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

	<u>Custos históricos</u>	<u>Reavaliações (Nota 3.b)</u>	<u>Valores contabilísticos reavaliados</u>
Equipamento básico	<u>269.581</u>	<u>26.460</u>	<u>296.041</u>

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>Valor de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	29.600.236	15.498.366	14.101.870
Equipamento de transporte	<u>626.308</u>	<u>467.988</u>	<u>158.320</u>
	<u>30.226.544</u>	<u>15.966.354</u>	<u>14.260.190</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado” o montante de 13.391.765 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, do qual 7.204.089 Euros classificado a médio e longo prazo, deduzido de adiantamentos pagos por conta, no montante de 5.942.023 Euros. Estes montantes vencem-se como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

2010 (a)	<u>6.187.676</u>
2011	789.926
2012	778.752
2013	796.748
2014	795.074
2015 e seguintes (Nota 29)	<u>4.043.589</u>
	7.204.089
Adiantamentos (b)	<u>(5.942.023)</u>
Total médio e longo prazo	<u>1.262.066</u>
Total	<u><u>7.449.742</u></u>

(a) Esta rubrica inclui contas a pagar a locadoras no montante de, aproximadamente, 3.711.000 Euros, que, de acordo com os planos de reembolso iniciais, seriam exigíveis em exercícios subsequentes. Em 31 de Dezembro de 2009, este montante foi classificado como exigível a curto prazo, uma vez que existem determinadas situações contratuais com aquelas locadoras que não estão a ser cumpridas.

(b) A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 16), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu ao pagamento à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 16). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

16. EMPRESAS DO GRUPO E ENTIDADES RELACIONADASa) Partes de capital em empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2009, as empresas do Grupo eram como segue:

<u>Designação</u>	<u>Activo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Percentagem de participação efectiva</u>	<u>Valor de balanço (Nota 10)</u>
Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	11.703.852	10.329.445	(77.580)	100%	<u><u>10.329.445</u></u>

(a) Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do Grupo em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. (“Grafilis”), totalmente provisionado, por aquela empresa participada se encontra inactiva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e as transacções ocorridas com empresas do Grupo e entidades relacionadas, foram durante o exercício findo nesta data conforme segue:

	Saldos			
	Activo		Passivo	
	Empresas do Grupo	Outros devedores (Nota 54)	Empresas do Grupo	Fornecedores de imobilizado
Gestigráfica (a)	-	-	11.516.930	-
Grafilis (b)	1.092.758	-	-	-
Rasográfica (c)	-	10.209.447	-	-
Gestprint (d)	2.805.544	-	-	1.986.050
	<u>3.898.302</u>	<u>10.209.447</u>	<u>11.516.930</u>	<u>1.986.050</u>
	Transacções			
	Fornecimento e serviços externos	Custos e perdas financeiros (Nota 45)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 45)	
Rasográfica (e)	(671.328)	-	277.500	
Gestprint	-	(531.835)	278.628	
	<u>(671.328)</u>	<u>(531.835)</u>	<u>556.128</u>	

- (a) Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo a pagar à Gestigráfica, no montante de 11.516.930 Euros, não vence juros e foi classificado a médio e longo prazo, em virtude de não ter um plano de reembolso definido.
- (b) Conta a receber da Grafilis, no montante de 1.092.758 Euros, não vence juros e foi classificada a médio e longo prazo, em virtude de não ter um plano de reembolso definido.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2009, a Lisgráfica tem contas a receber da Rasográfica, no montante de 10.209.477 Euros, conforme segue:
- 1.497.300 Euros, titulado por uma letra descontada numa instituição financeira, não vencendo juros e com prazo de vencimento de 149.730 Euros a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa recebeu, aproximadamente, 43.000 Euros decorrente de reformas de letras sacadas anteriormente;
 - 1.405.000 Euros, corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio e longo prazo e vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica;
 - 5.558.260 Euros que vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado entre Julho de 2010 e Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais, conforme acordado com o accionista;
 - 1.748.917 Euros, que será reembolsado de acordo com o plano anteriormente referido, do qual 1.386.157

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Euros corresponde a pagamentos efectuados em 2009, 85.260 Euros referente a juros do exercício de 2008, debitados em 2009 e 277.500 Euros referente aos juros de 2009. Destes montantes, 1.417.417 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica;

- (d) Em 31 de Dezembro de 2009, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.805.544 Euros (este montante inclui 380.697 Euros de juros facturados em 2009 e registados nos exercícios de 2009 e 2008), encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso, pelo que este saldo foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint, no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão, tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato, no montante de 5.942.023 Euros (Nota 15). Destas contas a receber, o montante de 8.468.414 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Empresa
- (e) O montante de 671.328 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cedidas à Lisgráfica até 2012 (Nota 31).

21. AJUSTAMENTOS AOS VALORES DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

<u>Rubrica</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reforços</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldo final</u>
Ajustamentos de existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	213.599	-	(43.978)	-	169.621
Ajustamentos de dívidas de terceiros:					
Cientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	13.398.461	482.491	(28.327)	(742.098)	13.110.527
Outros devedores (Notas 23)	178.190	-	-	(134.875)	43.315
	<u>13.576.651</u>	<u>482.491</u>	<u>(28.327)</u>	<u>(876.973)</u>	<u>13.153.842</u>
	<u>13.790.250</u>	<u>482.491</u>	<u>(72.305)</u>	<u>(876.973)</u>	<u>13.323.463</u>

A diminuição nos ajustamentos em dívidas de terceiros “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores” está relacionada com a utilização de ajustamentos constituídos em exercícios anteriores.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam dívidas de clientes e outros devedores, classificados como de cobrança duvidosa, no montante de 13.153.842 Euros, que se encontravam totalmente ajustados (Nota 21).

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 31 de Dezembro de 2009, não existiam impostos a pagar em mora.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam dívidas ao Estado e outras entidades públicas, dívidas a instituições de crédito e fornecedores de imobilizado, com vencimento a mais de cinco anos, nos montantes de 1.252.982 Euros (Nota 48), 840.063 Euros (Nota 50) e 4.043.589 Euros (Nota 15), respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam empréstimos bancários, contratos de locação financeira, dívidas com fornecedores e dívidas ao Estado, garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 1.500.000 Euros, 3.870.403 Euros, 270.767 Euros e 3.000.000 Euros, respectivamente.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇOLocações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (“ESAF”), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>3.784.997</u>	<u>3.591.093</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades futuras da Empresa com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2010	<u>3.660.386</u>
2011	3.627.452
2012	3.595.064
2013	2.923.736
2014	2.923.736
2015 e seguintes	<u>11.694.944</u>
	<u>28.425.318</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades da Empresa provenientes de contratos de locação operacional, com vencimento superior a 5 anos, ascendiam a 11.694.944 Euros.

Adicionalmente, a Empresa suporta custos anuais no montante de, aproximadamente, 671.000 Euros referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cujo término ocorre em finais de 2012 (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 7.618.215 Euros, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.397.244
Direcção Geral de Impostos (a)	1.648.394
Direcção Geral de Impostos (b)	1.207.971
EDP Serviço Universal (c)	845.839
Instituto de Apoio às Pequenas e Média Empresas e à Inovação ("IAPMEI") (d)	443.048
Fundação Inatel (e)	44.738
Câmara Municipal do Porto (e)	9.606
Petrolgal - Petróleos de Portugal, S.A. (e)	8.500
Câmara Municipal de Almada (e)	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (e)	2.821
Câmara Municipal de Mafra (e)	2.734
	7.618.215

- (a) Garantias prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 48).
 (b) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 6).
 (c) Garantia prestada no âmbito do contrato de fornecimento de electricidade.
 (d) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 50).
 (e) Garantias prestada a clientes no âmbito de acordos comerciais.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial	Reversões (Nota 46)	Utilizações	Saldo final
Outras provisões	310.034	(130.000)	(51.661)	128.373

O saldo inclui uma provisão para contingências decorrentes de processos laborais, segundo indicação do Advogado, no montante de 70.000 Euros.

A reversão ocorrida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, está relacionada com uma provisão constituída em 2008 para contingências relativas ao processo fiscal em curso, em sede de IMT, que, no entendimento dos advogados da Empresa, decorrente das últimas diligências, o risco de materialização é reduzido (Nota 46).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Empresa, no valor de 9.334.831 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 186.696.620 de acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada acção.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2009:

Nome	Percentagem	Montante
Rasográfica	50,99%	4.759.831
Gestprint	39,40%	3.677.913

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Aplicação de resultados	Saldo final
Capital	9.334.831	-	-	9.334.831
Accções próprias - valor nominal	(2.611)	-	-	(2.611)
Accções próprias - descontos e prémios	(471.510)	-	-	(471.510)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(3.113.730)	-	-	(3.113.730)
Reservas de reavaliação	34.955	-	-	34.955
Reserva legal	1.357.744	-	-	1.357.744
Outras reservas	7.923.900	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(15.155.222)	-	(7.824.471)	(22.979.693)
Resultado líquido do exercício	<u>(7.824.471)</u>	<u>(7.904.185)</u>	<u>7.824.471</u>	<u>(7.904.185)</u>
	<u>(7.916.114)</u>	<u>(7.904.185)</u>	<u>-</u>	<u>(15.820.299)</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuado nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados de 2008: Conforme deliberado na Assembleia Geral, realizada em 20 de Maio de 2009, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de 7.824.471 Euros, para resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital próprio da Empresa é negativo em 15.820.299 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme mencionado no Relatório de Gestão de 2009, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, relacionadas com as áreas financeira, produção, pessoal e comercial, encontrando-se outras em curso.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi determinado como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	1.599.536
Compras	-	13.338.490
Regularizações de existências	125.327	(125.327)
Existências finais	-	(1.210.842)
Custo no exercício	125.327	13.601.857

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	153.556
Existências iniciais	(185.669)
	(32.113)

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram como segue:

Conselho de Administração	268.217
Conselho Fiscal	24.000
	292.217

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas realizadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, repartiram-se da seguinte forma:

Mercado nacional	34.607.480
Mercado externo	1.066.776
	<u>35.674.256</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

<u>Custos e perdas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>Proveitos e ganhos</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros suportados (a)	2.777.718	2.815.878	Juros obtidos (d)	587.201	249.475
Perdas em empresas do grupo (b)	77.580	321.299	Diferenças de câmbio favoráveis	-	1.272
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	549	Descontos de pronto pagamento obtidos	4.224	18
Descontos de pronto pagamento concedidos	30.320	41.341	Outros proveitos e ganhos extraordinários	7.658	252
Outros custos e perdas financeiras (c)	483.442	411.759			
Resultados financeiros	<u>(2.769.977)</u>	<u>(3.339.809)</u>			
	<u>599.083</u>	<u>251.017</u>		<u>599.083</u>	<u>251.017</u>

(a) Em 2009, esta rubrica inclui o montante de 531.835 Euros, relacionado com o contrato de sublocação celebrado com a Gestprint (Nota 16).

(b) Em 2009, esta rubrica respeita à apropriação de 100% do resultado do ano da Gestigráfica, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 10).

(c) Em 2009, esta rubrica inclui, essencialmente, custos com garantias bancárias, serviços bancários e comissões.

(d) Em 2009, esta rubrica inclui 556.128 Euros debitados à Gestprint e à Rasográfica (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:

<u>Custos e perdas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>Proveitos e ganhos</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Donativos	9.032	5.000	Ganhos em imobilizações	45.308	214.005
Perdas em imobilizações	404	65.491	Benefícios de penalidades contratuais	-	2.374
Multas e penalidades	51.571	1.588	Reversões de provisões (Nota 34)	130.000	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.269	-	Correcções relativas a exercícios anteriores	125.079	9.115
Outros custos e perdas extraordinárias (a)	1.673.620	1.334.164	Outros proveitos e ganhos extraordinários	91.269	82.174
Resultados extraordinários	<u>(1.344.240)</u>	<u>(1.098.575)</u>			
	<u>391.656</u>	<u>307.668</u>		<u>391.656</u>	<u>307.668</u>

- (a) Esta rubrica inclui o montante de 1.271.460 Euros, relacionado com indemnizações atribuídas ao pessoal, decorrente de rescisões de contratos de trabalho.

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
IRC (a)	49.068	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	121.987
Retenções de Imposto sobre Rendimentos Prediais	-	8.392
IVA	-	155.867
Segurança Social	-	323.693
Imposto do Selo	-	1.058
Procedimento Extrajudicial de Conciliação ("PEC") (IVA, IRS e Segurança Social) (b)	-	3.341.572
	<u>49.068</u>	<u>3.952.569</u>

- (a) Esta rubrica engloba pagamentos especiais por conta, no montante de 278.985 Euros, deduzido da estimativa do imposto a pagar referente ao exercício de 2009 (tributação autónoma), no montante de 229.917 euros.
- (b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Geral de Impostos, nos montantes de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 32). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009, as dívidas incluídas no referido procedimento venciam-se, conforme segue:

2010	<u>520.383</u>
2011	349.091
2012	406.372
2013	406.372
2014	406.372
2015 e seguintes (Nota 29)	<u>1.252.982</u>
Total médio e longo prazo	<u><u>2.821.189</u></u> <u><u>3.341.572</u></u>

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Retenções a receber	124.769
Acordos comerciais com fornecedores	56.886
Seguros a reembolsar	<u>52.215</u>
	<u><u>233.870</u></u>

Custos diferidos:

Custos contratuais (a)	2.586.828
Rendas	250.487
Seguros	17.989
Outros custos diferidos	<u>11.041</u>
	<u><u>2.866.345</u></u>

Acréscimos de custos:

Juros a liquidar	1.206.106
Remunerações a liquidar	1.058.314
Acordos comerciais com clientes	476.704
Fornecimentos e serviços externos	<u>305.845</u>
	<u><u>3.046.969</u></u>

Proveitos diferidos:

Facturação antecipada	406.250
Subsídios ao investimento (Nota 3.h)	<u>229.788</u>
	<u><u>636.038</u></u>

- (a) Esta rubrica corresponde ao valor de um contrato de impressão adquirido a terceiros, que vigorará até Outubro de 2022, mediante o pagamento de 2.685.548 Euros (Nota 54).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos bancários (a)	13.689.826	4.086.255	17.776.081
Outros empréstimos (b)	143.691	694.508	838.199
Descobertos bancários (c)	17.690.153	-	17.690.153
Factoring (d)	5.137.936	-	5.137.936
Letras descontadas (e)	2.035.028	-	2.035.028
Cheques pré-datados (f)	913.533	-	913.533
Livranças (g)	1.000.000	-	1.000.000
	<u>40.610.167</u>	<u>4.780.763</u>	<u>45.390.930</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (i)	2.625.556	-	2.625.556
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (ii)	1.098.557	-	1.098.557
Banco Português do Investimento, S.A. ("BPI") (iii)	52.069	-	52.069
BCP (iv)	2.650.000	-	2.650.000
BCP (v)	500.000	-	500.000
Barclays Bank, S.A. (vi)	124.998	870.002	995.000
CGD (vii)	2.312.500	-	2.312.500
BES (viii)	420.400	-	420.400
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (ix)	1.522	-	1.522
Banif (x)	231.098	2.178.902	2.410.000
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN") (xi)	187.500	46.875	234.375
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (xii)	62.500	187.500	250.000
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (xiii)	142.857	357.143	500.000
Banif (xiv)	4.167	445.833	450.000
Contas correntes caucionadas (xv)	3.276.102	-	3.276.102
	<u>13.689.826</u>	<u>4.086.255</u>	<u>17.776.081</u>

- (i) Financiamento concedido pelo Banco Comercial Português, S.A., no montante inicial de 2.780.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais de 51.481 Euros, com início em 19 de Setembro de 2008 e término em 19 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.625.556 Euros, do qual 205.926 Euros se encontra em mora face ao plano de reembolso contratado. Em virtude do contrato de financiamento não estar a ser cumprido, o Banco poderá considerar o seu vencimento antecipado, tendo a totalidade do saldo sido classificada no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

- (ii) Empréstimo correspondente a duas linhas conta-corrente caucionada com o BES, sem plano de amortização contratado, no valor de 1.098.557 Euros, com as seguintes condições:
 - Linha de 598.557 Euros – taxa de referência: Euribor a 3 meses, acrescida de 3%;
 - Linha de 500.000 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “*covenants*”, relacionados, essencialmente, com rácios (autonomia financeira e cobertura do serviço da dívida) os quais não estão a ser cumpridos, pelo que o Banco poderá considerar o financiamento vencido, tendo o mesmo sido classificado no curto prazo.
- (iii) Financiamento concedido pelo BPI, no montante inicial de 500.000 Euros, amortizável em 48 prestações mensais, sendo as primeiras 47 no montante de 10.417 Euros e a última no montante de 10.401 Euros, com início em 1 de Junho de 2006 e término em 1 de Maio de 2010. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 52.069 Euros.
- (iv) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital de um ano. Após esse período, o capital será amortizável em 168 prestações mensais com início a 15 de Novembro 2009 e término em 15 de Novembro 2023, que a Empresa não se encontra a cumprir. Consequentemente, o Banco poderá considerar o financiamento integralmente vencido, pelo que a totalidade do saldo em dívida foi registado no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (v) Financiamento concedido pelo BCP, em 12 de Dezembro de 2008, no montante de 500.000 Euros, vencido em 12 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Após esse período, o capital será amortizável em 48 prestações mensais com início em 24 de Julho de 2010 e término em 24 de Junho de 2014. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 995.000 Euros, do qual 870.002 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%.
- (vii) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante de 2.375.000 Euros. O capital será amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.312.500 Euros, do qual 312.500 Euros se encontra em mora, face ao plano de reembolso contratado. Consequentemente, o contrato de financiamento não está a ser cumprido, pelo que o Banco poderá considerar o vencimento antecipado, tendo a totalidade do saldo em dívida sido classificada no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BES, no montante de 420.400 Euros, que se vence em 15 de Fevereiro de 2010 (270.400 Euros) e 29 de Março de 2010 (150.000 Euros). Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 1,625%.
- (ix) Financiamento concedido pelo Banif ,no montante inicial de 180.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais, com início em 22 de Outubro de 2006 e término em 22 de Setembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 1.522 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

- (x) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O capital será amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 2.410.000 Euros, do qual 2.178.902 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (xi) Financiamento concedido pelo BPN, no montante inicial de 250.000 Euros, com carência de capital de seis meses. Após esse período, o capital será amortizável em 16 prestações mensais com início em 15 de Dezembro de 2009 e término em 15 de Março de 2011. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 234.375 Euros, do qual 46.875 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,75%.
- (xii) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 250.000 Euros, do qual 187.500 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,5%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses. Após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 500.000 Euros, do qual 357.143 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante em dívida ascendia a 450.000 Euros, do qual 445.833 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xv) As contas correntes caucionadas respeitam a linhas de crédito concedidas, essencialmente, pelo BCP, vencendo juros a taxas correntes de mercado para as operações similares e são exigíveis no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2009, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2010	13.689.826
2011	969.229
2012	922.354
2013	788.427
2014	566.182
2015 e seguintes (Nota 29)	840.063
	<u>17.776.081</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado. O respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária de 443.048 Euros (Nota 32). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo de 110.762 Euros cuja movimentação está

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

condicionada à redução da referida garantia (Nota 51), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Entre Julho de 2009 e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor em dívida ascendia a 838.199 Euros, do qual 694.508 Euros se vence a médio e longo prazo.

- (c) Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os descobertos bancários são facilidades concedidas, essencialmente, pelo BCP, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 51).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vence juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 913.533 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha contratadas duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com plafond de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2%;
 - BCP, com plafond de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,375%.
- (g) O saldo desta rubrica corresponde a um financiamento sob formato de livrança, contratada junto do BCP, para apoio de tesouraria e emitida em Setembro de 2009, que vence juros a taxa normais de mercado para operações similares.

51. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Numerário	1.113	6.349
Depósitos à ordem	340.453	677.077
Depósitos a prazo (a)	<u>110.762</u>	<u>152.672</u>
	452.328	836.098
Depósitos a prazo (a)	(110.762)	-
Descobertos bancários (Nota 50)	<u>(17.690.153)</u>	<u>(3.408.365)</u>
	<u><u>(17.348.587)</u></u>	<u><u>(2.572.267)</u></u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2009, os depósitos a prazo encontram-se condicionados à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 50).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)52. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 2009, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 659.883 Euros, sem vencimento de juros.

53. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- (a) A rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF inclui diversas rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Proveitos suplementares”, “Outros proveitos e ganhos operacionais”, “Reversões de ajustamentos” e “Proveitos e ganhos extraordinários”;
- (b) A rubrica “Custos de distribuição” da DRF inclui diversas rubricas DRN, nomeadamente “Custos com o pessoal” no que se refere a pessoal afecto à distribuição e “Fornecimentos e serviços externos”, no que se refere, essencialmente, a serviços de transporte e expedição de mercadorias;
- (c) A rubrica “Custos administrativos” da DRF inclui, essencialmente, a rubrica “Outros custos e perdas operacionais” e “Custos com o pessoal” da DRN das áreas administrativa e recursos humanos, bem como os custos relativos a indemnizações pagas ao pessoal registados na DRN na rubrica “Custos e perdas extraordinários”;
- (d) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF inclui as rubricas “Custos e perdas financeiros” e “Proveitos e ganhos financeiros” da DRN, deduzido dos montantes relativos a descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos, diferenças de câmbio e das perdas em empresas do Grupo.

54. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos outros devedores e credores é conforme segue:

	Outros devedores		Outros credores	
	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo
Rasográfica (Nota 16)	9.572.572	636.875	-	-
Impresa Publishing, S.G.P.S., S.A. ("Impresa") (a)	-	-	2.543.333	142.215
Gespatrimónio – Rendimento Sociedade Gestora, S.A. ("Gespatrimónio") (b)	1.580.223	-	-	-
Indemnizações a liquidar	-	-	-	487.632
Grafimadeira - Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A.	-	243.991	-	-
Entusiasmo Media - Publicidade e Multimédia, S.A.	-	150.280	-	-
Outros	-	447.262	-	169.213
	<u>11.152.795</u>	<u>1.478.408</u>	<u>2.543.333</u>	<u>799.060</u>

- (a) Esta rubrica corresponde ao valor actual da conta a pagar à Impresa, decorrente do contrato de impressão estabelecido com esta (Nota 49).

- (b) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2010

O Técnico Oficial de Contas:

Manuel Ramos Gaspar

O Conselho de Administração:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2009		2008	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias	41	125.327		23.291	
Matérias	41	13.601.857	13.727.184	15.229.874	15.253.165
Fornecimentos e serviços externos			10.603.405		11.251.160
Custos com o pessoal:					
Remunerações		7.057.011		8.011.321	
Encargos sociais:					
Outros		2.775.752	9.832.763	3.195.277	11.206.598
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	5.227.678		5.036.645	
Ajustamentos	21	482.491		945.747	
Provisões		-	5.710.169	200.000	6.182.392
Impostos		295.970		211.766	
Outros custos e perdas operacionais		42.204	338.174	4.670	216.436
(A)			40.211.695		44.109.751
Perdas em empresas do Grupo	45	77.580		321.299	
Juros e custos similares:					
Outros	45	3.291.480	3.369.060	3.269.527	3.590.826
(C)			43.580.755		47.700.577
Custos e perdas extraordinários	46		1.735.896		1.406.243
(E)			45.316.651		49.106.820
Imposto sobre o rendimento do exercício	48		229.917		332.319
(G)			45.546.568		49.439.139
Resultado líquido do exercício			(7.904.185)		(7.824.471)
			37.642.383		41.614.668
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	127.154		23.406	
Produtos	44	35.547.102	35.674.256	39.542.144	39.565.550
Varição da produção	42		(32.113)		(144.961)
Trabalhos para a própria empresa		-		309.539	
Proveitos suplementares		929.112		1.148.006	
Outros proveitos e ganhos operacionais		8.084		177.849	
Reversões de ajustamentos	21	72.305	1.009.501	-	1.635.394
(B)			36.651.644		41.055.983
Outros juros e proveitos similares	45		599.083		251.017
(D)			37.250.727		41.307.000
Proveitos e ganhos extraordinários	46		391.656		307.668
(F)			37.642.383		41.614.668
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			(3.560.051)		(3.053.768)
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			(2.769.977)		(3.339.809)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(6.330.028)		(6.393.577)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(7.674.268)		(7.492.152)
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			(7.904.185)		(7.824.471)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009			2008
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	760.416	440.372	320.044	573.492
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	11.489	11.489	-	-
		771.905	451.861	320.044	573.492
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	10	462.956	106.432	356.524	402.820
Equipamento básico	10	115.257.702	89.375.453	25.882.249	30.548.034
Equipamento de transporte	10	1.658.189	1.361.355	296.834	418.014
Ferramentas e utensílios	10	108.553	102.534	6.019	8.323
Equipamento administrativo	10	1.969.087	1.272.783	696.304	216.921
Outras imobilizações corpóreas	10	764.337	322.920	441.417	453.284
Imobilizações em curso	10	131.360	-	131.360	567.154
		120.352.184	92.541.477	27.810.707	32.614.550
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo	10 e 16	10.329.445	-	10.329.445	10.407.025
Títulos e outras aplicações financeiras	10	35.692	-	35.692	35.692
		10.365.137	-	10.365.137	10.442.717
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:					
Empresas do Grupo	16	3.898.302	-	3.898.302	3.393.558
Outros devedores	54	11.152.795	-	11.152.795	8.513.182
		15.051.097	-	15.051.097	11.906.740
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 e 41	1.210.842	169.621	1.041.221	1.385.937
Produtos e trabalhos em curso	42	153.556	-	153.556	185.669
		1.364.398	169.621	1.194.777	1.571.606
Dívidas de terceiros - curto prazo:					
Clientes, conta corrente		14.580.376	-	14.580.376	12.851.673
Clientes, títulos a receber		537.728	-	537.728	1.127.331
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	13.110.527	13.110.527	-	-
Adiantamentos a fornecedores		48.106	-	48.106	92.469
Estado e outros entes públicos	48	49.068	-	49.068	8.672
Outros devedores	21, 23 e 54	1.478.408	43.315	1.435.093	3.104.928
		29.804.213	13.153.842	16.650.371	17.185.073
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	51	451.215	-	451.215	829.749
Caixa	51	1.113	-	1.113	6.349
		452.328	-	452.328	836.098
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de proveitos	49	233.870	-	233.870	182.213
Custos diferidos	49	2.866.345	-	2.866.345	3.207.441
Impostos diferidos activos	6	161.829	-	161.829	201.714
		3.262.044	-	3.262.044	3.591.368
Total de amortizações			92.993.338		
Total de ajustamentos			13.323.463		
Total do activo		181.423.306	106.316.801	75.106.505	78.721.644

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	9.334.831	9.334.831
Acções próprias - valor nominal	40	(2.611)	(2.611)
Acções próprias - descontos e prémios	40	(471.510)	(471.510)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(3.113.730)	(3.113.730)
Reservas de reavaliação	40	34.955	34.955
Reservas:			
Reserva legal	40	1.357.744	1.357.744
Outras reservas	40	7.923.900	7.923.900
Resultados transitados	40	(22.979.693)	(15.155.222)
Subtotal		(7.916.114)	(91.643)
Resultado líquido do exercício	40	(7.904.185)	(7.824.471)
Total do capital próprio		(15.820.299)	(7.916.114)
PASSIVO:			
PROVISÕES:			
Outras provisões	34	128.373	310.034
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:			
Dívidas a instituições de crédito	50	4.780.763	11.087.438
Empresas do Grupo	16	11.516.930	11.576.930
Fornecedores	52	659.883	765.448
Fornecedores de imobilizado	15	1.262.066	3.462.126
Estado e outros entes públicos	48	2.821.189	3.208.636
Outros credores	54	2.543.333	2.805.190
		23.584.164	32.905.768
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
Dívidas a instituições de crédito	50	40.610.167	23.501.704
Fornecedores		13.441.359	15.381.123
Fornecedores, facturas em recepção e conferência		42.421	179.377
Adiantamentos de clientes		6.881	42.559
Fornecedores, títulos a pagar		750.645	2.607.662
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar		200.000	670.104
Fornecedores de imobilizado	15	6.387.518	4.867.057
Estado e outros entes públicos	48	1.131.380	1.546.782
Outros credores	54	799.060	562.312
		63.369.431	49.358.680
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	49	3.046.969	2.789.070
Proveitos diferidos	49	636.038	1.072.492
Impostos diferidos passivos	6	161.829	201.714
		3.844.836	4.063.276
Total do passivo		90.926.804	86.637.758
Total do capital próprio e passivo		75.106.505	78.721.644

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
Vendas e prestações de serviços	44	35.674.256	39.565.550
Outros proveitos operacionais		-	309.539
Custo das vendas e das prestações de serviços		(35.067.241)	(37.825.303)
Resultados brutos		607.015	2.049.786
Outros proveitos e ganhos operacionais	53.a)	1.401.155	1.599.848
Custos de distribuição	53.b)	(974.952)	(1.287.785)
Custos administrativos	53.c)	(4.424.422)	(5.374.559)
Outros custos e perdas operacionais		(1.539.183)	(1.180.234)
Resultados operacionais		(4.930.387)	(4.192.944)
Custo líquido de financiamento	53.d)	(2.666.301)	(2.977.909)
Perdas em filiais e associadas	45	(77.580)	(321.299)
Resultados correntes		(7.674.268)	(7.492.152)
Impostos sobre os resultados correntes	48	(229.917)	(332.319)
Resultado líquido do exercício		(7.904.185)	(7.824.471)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2009	2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		35.089.269	36.845.194
Pagamentos a fornecedores		(28.118.485)	(23.792.425)
Pagamentos ao pessoal		(11.014.091)	(11.340.062)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		(4.043.307)	1.712.707
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(299.917)	(332.319)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(1.590.583)	(3.237.619)
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>		(5.933.807)	(1.857.231)
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(117.687)	(6.588)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		(6.051.494)	(1.863.819)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		134.488	-
Juros e proveitos similares		3.693	251.017
		138.181	251.017
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(1.057.718)	(695.366)
Accionistas		(1.343.952)	(1.663.249)
		(2.401.670)	(2.358.615)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		(2.263.489)	(2.107.598)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		500.000	24.714.899
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(3.980.000)	(13.546.204)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.251.596)	(3.537.534)
Juros e custos similares		(1.729.741)	(2.639.673)
		(6.961.337)	(19.723.411)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(6.461.337)	4.991.488
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		(14.776.320)	1.020.071
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	51	(2.572.267)	(3.592.338)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	51	(17.348.587)	(2.572.267)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da
Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e com o mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., relativos ao exercício findo em 31 e Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal exercitou as competências formuladas no art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo designadamente acompanhado a gestão da empresa, a evolução da sua actividade e efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas, nas quais, em regra, contou com a presença de um administrador, de um membro da direcção financeira e com o Revisor Oficial de Contas e, nas circunstâncias, sempre obteve todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da sociedade, bem como do modelo de gestão de riscos e de controlo interno e apreciou conjuntamente com o conselho de administração o interesse da sociedade nas relações que estabelece com os seus accionistas de referência. Teve acesso às actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como a toda a documentação que considerou necessária, não tendo, no decurso destas e de outras diligências, tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas individuais da empresa, tendo considerado adequado o trabalho desenvolvido; e tomou conhecimento das principais conclusões do mesmo, as quais foram objecto de análise conjunta com o Revisor Oficial de Contas e são globalmente conformes com a sua própria percepção.

Ainda no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal examinou Balanço em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 e Dezembro de 2009 emitido pelo Conselho de Administração e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, sobre as contas individuais, as quais mereceram o seu acordo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços, em geral.


PARECER

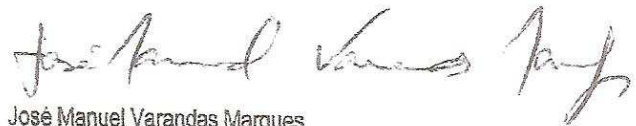
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- O Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2010

O Conselho Fiscal


Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, S.R.O.C.,
representada por Óscar José Alçada da Quinta


José Manuel Varandas Marques


Filipa Cordeiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 75.106.505 Euros e capitais próprios negativos de 15.820.299 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.904.185 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

5. Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço inclui, na rubrica “Clientes, conta corrente”, uma conta a receber de um cliente no montante de, aproximadamente, 3.966.000 Euros, que se encontra em mora significativa. No decurso do nosso trabalho, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto ao valor e momento de realização desta conta a receber.
6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações ainda que, naquela data, o capital próprio seja negativo em 15.820.299 Euros, sendo aplicáveis à Empresa as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, que não se encontra a cumprir. Também, naquela data, os fluxos de caixa operacionais gerados no exercício findo naquela data foram negativos em, aproximadamente, 6.051.000 Euros e o activo de curto prazo era inferior ao passivo de curto prazo em, aproximadamente, 45.072.000 Euros. Adicionalmente, o activo realizável a médio e longo prazo inclui contas a receber de accionistas no montante total líquido de, aproximadamente, 12.378.000 Euros, das quais, aproximadamente, 2.805.000 Euros não têm prazo de reembolso definido (Nota 16) e direitos contratuais relacionados com contratos celebrados com clientes, registados na rubrica de custos diferidos, no montante de, aproximadamente, 2.587.000 Euros (Nota 49). Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa e a prevalência deste princípio contabilístico, a realização dos seus activos, incluindo as contas a receber supra referidas, e a liquidação e classificação dos seus passivos, no curso normal das operações, dependem da renovação e obtenção de financiamentos suficientes para garantir o cumprimento das responsabilidades de curto prazo, do sucesso das suas operações futuras e do suporte financeiro dos seus accionistas.

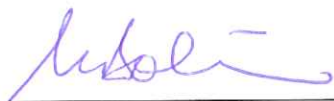
Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 8, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.
9. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificou-se a fusão, por incorporação, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. (“Heska”) na Empresa, mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. Consequentemente, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não são directamente comparáveis.

Lisboa, 29 de Abril de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto

LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S. A.

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90,
Queluz de Baixo – 2730-053 Barcarena

NIPC e nº de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais:
500166587

Capital Social: 9.334.831 Euros

Declaração

Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº 245 do CVM, o Conselho de Administração afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas relativa ao exercício de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2010

O Conselho de Administração

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão – Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa – Vice-Presidente

António Pedro Marques Patrocinio - Administrador